

***Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.
(Companhia aberta)***

*Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2013 e
Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, elaboradas de acordo com a legislação societária e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Discorre também, sobre o trabalho que a CCR NovaDutra vem desenvolvendo dentro das suas concepções de buscar desafios e superar limites.

Neste exercício, a CCR NovaDutra continuou a enfatizar o aprimoramento do seu modelo de gestão operacional, através da incorporação de novas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, otimizando sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco no usuário, com o objetivo de melhorias contínuas em segurança, conforto e da fluidez do tráfego na Via Dutra.

Os investimentos acumulados até 31 de dezembro de 2013 somaram R\$ 2.627 milhões em obras, equipamentos e sistemas, dos quais R\$ 288 milhões referem-se ao ano de 2013. Merecem destaque neste exercício a conclusão das obras nas marginais em São José dos Campos, além da recuperação do pavimento da rodovia, reforço, recuperação e alargamento de 12 Obras de Arte Especiais; obras de segurança com melhorias para os pedestres e implantação de barreira rígida para a maior segurança do usuário como, por exemplo, o reforço da Fundação da Passarela de Acesso à Basílica Nossa Senhora de Aparecida (SP).

Destaca-se, ainda, a implantação da rádio CCR FM 107.5, primeiro serviço de FM sincronizado via satélite dedicado a uma única rodovia, na qual os motoristas e passageiros podem conferir ao vivo 24 horas de programação exclusiva, com enfoque à prestação de serviço, com informações sobre tráfego e obras na rodovia, dicas de direção defensiva, notícias gerais e informações sobre as cidades lindeiras.

Cenário Econômico

Em 2013 não ocorreu o reajuste da tarifa prevista para o mês de agosto, a qual se manteve em R\$ 10,10 (vigente a partir de 01 de agosto de 2012). Em contrapartida, houve o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato (adequação de cronogramas, retirada de investimentos e redução da verba de fiscalização).

A nossa estratégia tem sido:

Melhoria de Arrecadação. Trabalhar continuamente na melhoria de nossa base de arrecadação e no acompanhamento de mutações de tráfego, monitorando a utilização de rotas de fuga e quando necessário, a negociação com as Prefeituras para inibir o tráfego predatório nas respectivas cidades e avaliando, inclusive, a possibilidade de implantação de cabines de bloqueio.

Maximizar Eficiências Operacionais. Estamos maximizando a utilização do sistema eletrônico de cobrança de pedágio, por meio da implantação de novas tecnologias relacionadas à leitura de eixos, controles operacionais (rede de comunicação secundária, painel de mensagem variável e *call box*) e sistemas de comunicação, além do constante aprimoramento das técnicas de atendimento aos usuários.

Riscos de Mercado

A administração dos ativos e passivos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não

efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, e está exposta a taxas de juros flutuantes, referentes à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e Certificados de Depósito Interbancário CDI relativos a financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, também vinculadas à variação do CDI.

Resultados Operacionais

1. Desempenho Econômico-Financeiro

1.1 - Receitas

Quase a totalidade da nossa receita advém da cobrança de pedágios. As outras fontes de receita, que são pequenas em termos percentuais em relação à arrecadação de pedágio, incluem, principalmente, publicidade e uso da faixa de domínio. Os fatores que influenciam a nossa receita operacional são o volume, as classes dos veículos pedagiados e as tarifas de pedágio. No exercício de 2013, 97,4% de nossa receita foram gerados do pagamento das tarifas de pedágio e 2,6% resultaram de outras atividades.

Nossa receita operacional bruta aumentou aproximadamente R\$ 63 milhões em relação a 2012.

[R\$ mil]	2013	2012	Var. %
Receita bruta	1.319.930	1.270.324	3,90%
Receitas de construção	175.962	189.532	-7,16%
Receita operacional bruta	1.143.968	1.080.792	5,85%
Receita de pedágio	1.113.905	1.050.626	6,02%
Receita acessória	30.063	30.166	-0,34%

O número total de veículos equivalentes pedagiados na ViaDutra aumentou de 179 milhões em 2012, para 184 milhões em 2013.

1.2 - Deduções da Receita Bruta

Os tributos incidentes sobre a nossa receita são:

- ISS, cuja alíquota varia de um município para o outro, até o limite de 5% sobre a receita operacional bruta;
- PIS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 0,65% de todas as nossas receitas; e
- COFINS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 3% de todas nossas as receitas.

Em 2013, foram recolhidos aos cofres dos municípios do Rio de Janeiro, São João de Meriti, Mesquita, Belford Roxo, Nova Iguaçu, Queimados, Seropédica, Itaguaí, Paracambi, Pirai, Pinheiral, Volta Redonda, Barra Mansa, Porto Real, Resende, Itatiaia, Queluz, Lavrinhas, Silveiras, Cruzeiro, Cachoeira Paulista, Canas, Lorena, Guaratinguetá, Aparecida, Roseira, Pindamonhangaba, Taubaté, Caçapava, São José dos Campos, Jacareí, Guararema, Santa Isabel, Arujá, Guarulhos e São Paulo o montante aproximado de R\$ 57 milhões, relativo ao ISS sobre receitas de pedágio e receitas acessórias, o que representou um incentivo fundamental para a infraestrutura dessas comunidades.

Isso também aliado aos R\$ 42 milhões de PIS e COFINS pagos em 2013, totalizando mais de R\$ 99 milhões em tributos, valor superior em 6,2% em relação a 2012.

1.3 - Custos operacionais e despesas administrativas

No ano de 2013, os custos operacionais e as despesas administrativas (R\$ 801.746 mil) foram maiores que as do ano de 2012 (R\$ 776.488 mil), principalmente devido à maior amortização do intangível em obras de *Upgrade*, em razão do término das pistas marginais de São Paulo e Rio de Janeiro entre o final de 2012 e início de 2013.

1.4 – Depreciação e Amortização

No ano de 2013, a depreciação e amortização (R\$ 155.728 mil) foram maiores que em 2012 (R\$ 114.082 mil), devido à conclusão de diversas obras (marginais de São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo).

1.5 - Resultado Financeiro

No ano de 2013 o resultado financeiro foi de (R\$ 78.134 mil), enquanto em 2012 (R\$ 63.872 mil), devido ao aumento do saldo devedor (maior captação em 2014) e alta na taxa CDI, que corrige as aplicações financeiras e as dívidas contratadas pela Companhia.

1.6 - Financiamentos

Ao final de dezembro de 2013, o saldo do endividamento a título de financiamento, somou R\$ 893.460 mil, conforme abaixo discriminado:

R\$ Mil

Descrição	dez/13
Finame	1.377
<i>Leasing</i> de veículos	501
Debêntures	525.329
Notas Promissórias	366.253
Total	893.460

Os contratos de financiamento impõem restrições à distribuição de dividendos atrelados a índices que medem a qualidade de crédito da Companhia. Em 2013 todos esses índices foram atingidos.

O pagamento de nosso endividamento frente ao BNDES (Finame) é mensal e frente aos debenturistas é semestral.

1.7 - Investimentos

No ano de 2013 os investimentos, no montante de (R\$ 288.178 mil), ficaram no mesmo patamar do exercício anterior (R\$ 287.764 mil).

Obras concluídas durante o ano de 2013:

Recuperação, reforço e alargamento:

- Ponte sobre o rio das Botas, km 178,79 - Pista Norte (RJ);

- Ponte sobre o córrego Botafogo, km 238,7 - Pista Norte (RJ);
- Ponte sobre o Córrego das Conchas, km 331,35 - Pista Sul (RJ);
- Ponte sobre o Córrego da Palha, km 5,230 - Pista Norte (SP);
- Ponte sobre o rio São Gonçalo, km 64,37 - Pista Norte (SP);
- Ponte sobre o ribeirão dos Mudos, km 125,64 - Pista Norte (SP);
- Viaduto Arujá, km 199,78 - Pista Sul (SP);
- Viaduto Sarraceni, km 225,180 - Pista Sul (SP);
- Viaduto Novo Mundo, km 228,54 - Pista Sul (SP);
- Passarela São João de Meriti, km 167,66 (RJ);
- Passarela Taubaté I (Metálica), km 108,97 - Travessia (SP);
- Passagem Inferior para Pedestres, km 111+600 - Travessia (SP).

Melhorias com Projeto Definido:

- Marginal Norte Rio de Janeiro km 170,4 a 172,9;
- Marginal Norte Rio de Janeiro km 172,9 a 174,6;
- Marginal Norte Rio de Janeiro km 174,6 a 176;
- Marginal Sul Rio de Janeiro km 173,7 a 176.

Outros Melhoramentos:

- Reforço da Fundação da Passarela de Acesso à Basílica Nossa Senhora de Aparecida (SP);
- Implantação de Faixa Adicional, km 106+450 ao km 107+028 – Pista Norte – Taubaté/SP km corrigido: km 107+550 ao km 106+927.

2. Pessoal

Em 31 de dezembro de 2012 e 2013, tínhamos respectivamente 1.383 e 1.406 colaboradores. A tabela a seguir contém dados consolidados referentes aos nossos colaboradores:

Categoria	2013	2012
Administração	193	180
Operação	1.213	1.203
Total	1.406	1.383
Turnover	2,75	1,41

O nosso vínculo sindical é com o Sindicato dos Empregados nas Empresas Concessionárias no Ramo de Rodovias e Estradas em Geral do Estado de São Paulo.

Não houve greve e nenhuma paralisação das atividades nos últimos anos. Não há atualmente nenhuma reivindicação trabalhista relevante pendente contra nós, no tocante às relações com o sindicato. O reajuste salarial para o exercício 2012/2013 foi de 5,5% (cinco e meio por cento). O salário normativo da categoria é de R\$ 831,60 (oitocentos e trinta e um reais e sessenta centavos).

Conferimos aos nossos colaboradores, nos termos de nossa política de benefícios, plano de previdência privada pela CCR Prev., administrado pelo Unibanco AIG Previdência e outros benefícios sociais como programas de auxílio e ou suplementares ao bem estar social desses e de seus dependentes legais. Esses programas estão em conformidade com as práticas de mercado, exigências legais e acordos coletivos.

Não há planos de opção de compra de ações internamente.

Os programas da CCR NovaDutra relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho, tais como: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PCMSO e Programas de Prevenção de Riscos Ambientais PPRA, estão em conformidade com a legislação.

3. Redução de Acidentes

Em 1997, as estatísticas apontavam para a ocorrência de 773 acidentes, em média, por mês. Em 2013, o índice mensal foi de 961 acidentes, apenas 24% superior aos registrados em 1997, em virtude do tráfego ter aumentado consideravelmente neste exercício.

Vale ainda ressaltar que o número de vítimas fatais reduziu em 60% se compararmos o ano de 2013 com o ano de 1996, quando teve início o acompanhamento por parte da Concessionária aos acidentes ocorridos na Via Dutra.

Demonstrando sua preocupação com a preservação da vida, a CCR NovaDutra continua realizando ações para a superação desses índices dentre as quais destacamos:

- Programa Estrada para a Cidadania, na qual cerca de 128 mil alunos da rede pública de 34 municípios situados ao longo da Rodovia Presidente Dutra, recebem as primeiras noções sobre trânsito, direção responsável e cidadania.
- Programa Estrada para a Saúde, desenvolvido pela CCR NovaDutra em parceria com a Petrobrás Distribuidora, tal programa é destinado ao bem estar do motorista de caminhão, oferecendo gratuitamente exames clínicos, informações para melhorar o dia a dia ao volante e educando o caminhoneiro a ter mais cuidado com a sua saúde. Em 2013, foram atendidos 3.000 caminhoneiros.

4. Atendimento ao Usuário

O Sistema de Atendimento ao Usuário da CCR NovaDutra registrou em 2013: 388.582 acionamentos de recursos, destacando-se:

- 81.073 acionamentos de viaturas de inspeção tráfego;
- 36.397 acionamentos de ambulância/resgate;
- 223.269 acionamentos de guinchos leves e pesados;
- 47.843 acionamentos diversos (caminhões-pipa, apreensão de animais, Munck e outros).

O sistema de monitoramento de tráfego, operado por meio de câmeras de TV interligadas, por redes de fibras óticas ao CCO (Centro de Controle Operacional), aliado ao 0800 (Disque CCR NovaDutra - 24 horas), ao sistema de telefonia de emergência instalado a cada quilômetro da rodovia e com a efetiva atuação da inspeção de tráfego apoiada por sofisticados equipamentos de monitoramento, estações meteorológicas, painéis de mensagens variáveis e demais equipes e parceiros, permite acionar com maior rapidez os recursos da Concessionária, da Polícia Rodoviária Federal, da ANTT, da Defesa Civil e dos Bombeiros contribuindo de forma ágil ao atendimento das diversas situações registradas diariamente na rodovia.

5. Política Ambiental

Seguindo os princípios do desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social, a NovaDutra se compromete a viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental, utilizando adequadamente os recursos naturais, atendendo às necessidades atuais do negócio sem comprometer as das gerações futuras e buscando maximizar continuamente os seus processos e alinhar sua cadeia de valor.

A CCR NovaDutra está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais, de acordo com os três níveis de governos: municipal, estadual e federal.

No intuito de manter e operar rodovias no Brasil, as administradoras de rodovias devem seguir procedimentos administrativos relativos à concessão de licenças ambientais. A construção, preparação, operação e ampliação de nossos estabelecimentos e/ou atividades que poluam ou que possam vir a poluir, bem como aquelas que, de qualquer forma, possam causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento do órgão competente. As licenças estabelecem as condições, restrições e medidas de fiscalização aplicáveis ao empreendimento, devendo ser periodicamente renovadas.

A CCR NovaDutra tem obtido as licenças e as autorizações necessárias e cumprido as condições ambientais estabelecidas, quer sejam medidas de monitoramento, quer sejam medidas compensatórias e/ou mitigadoras, além de contratar uma consultoria especializada para definição dos procedimentos e política ambiental.

Principais fatos relevantes em 2013:

- Todas as ações do **Programa Estrada para a Saúde** tiveram suas emissões de gás carbônico neutralizadas através dos Projetos Mais Verde e Nascentes, que foram utilizados como fontes de créditos de carbono. Juntos, estes Projetos somam mais de 5.600 árvores plantadas, das quais foram utilizadas 2.200 árvores. As 3.400 árvores restantes, ainda serão utilizadas para neutralizar outras ações da Concessionária;
- O preenchimento do **questionário ISE** e as 1.100 evidências anexadas pela CCR NovaDutra, foram aprovados sem ressalvas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), contribuindo sobremaneira para a manutenção da CCR na carteira do ISE em 2013;
- Projeto de reaproveitamento de água da chuva (Base 8);
- Projeto recuperação de nascente, km 208 (pista norte) com plantio de 136 mudas nativas da Mata Atlântica;
- Projeto recuperação de mata ciliar, km 38 (pista norte e sul) como plantio 374 mudas nativas da Mata Atlântica;

- Implementação do portal da governança da sustentabilidade com objetivo da gestão da sustentabilidade nos módulos de relatórios (ISE, GRI, CDP, ICO2) e cadastros de Projetos ambientais e sociais pela ferramenta de gestão;
- Elaboração do Programa de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil – PGRCC e Programa de Gerenciamento de Resíduos Serviços de Saúde –PGRSS, validados pelo jurídico da controladora CCR;
- Prosseguimento com a implementação do Programa de Gerenciamento de Resíduos da Concessionária, com destinação de resíduos Classe I (perigosos) e II (não inertes e inertes);
- Divulgação do procedimento de descarte de resíduos da rodovia em consequência do pacote A2, contrato com as empresas de conservação onde resíduos coletados na rodovia são separados em recicláveis (destinado para cooperativa de reciclagem) e não reciclável (destino aterro).

6. Responsabilidade Social

Estrada para a Saúde

O Programa Estrada para a Saúde é destinado ao bem-estar do motorista de caminhão, oferecendo gratuitamente exames clínicos, informações para melhorar o dia-a-dia ao volante e educando o caminhoneiro a ter mais cuidado com a sua saúde. Este programa leva para rodovia, médicos, enfermeiros e estudantes de saúde para oferecer exames gratuitos aos caminhoneiros em postos de serviços.

Em 2013, foram realizados mais de 3 mil atendimentos em 12 campanhas em postos de serviços ao longo da Via Dutra.

Estrada para a Saúde - Motos

O Programa Estrada para a Saúde – Motos tem como objetivo conscientizar as questões de segurança envolvendo a utilização de motocicletas, oferecendo gratuitamente *check up* em sua moto e exames básicos de saúde, como exames de colesterol, de diabetes e aferição de pressão.

Em 2013, foram realizados mais de 600 atendimentos em 4 eventos realizados ao longo da Via Dutra.

Estrada para a Saúde - Carros

O Programa Estrada para a Saúde – Carros consiste em convidar o motorista de veículo de passeio a fazer a inspeção ambiental veicular em seu carro e também fazer exames básicos de saúde, como exame de colesterol, exame de diabetes e aferição de pressão arterial.

Em 2013, foram realizados mais de 600 atendimentos em 4 eventos realizados em feriados prolongados.

Estrada para a Saúde - Empresas

O Programa Estrada para a Saúde – Empresas tem como objetivo a diminuição de acidentes na rodovia, através de um trabalho de conscientização junto ao caminhoneiro, dentro das empresas, destacando a importância de se valorizar aspectos significativos de sua rotina diária, tais como: cuidados com a saúde, hábitos diários saudáveis e manutenção do veículo.

No ano de 2013, foram beneficiados mais de 400 motoristas profissionais em 5 eventos em empresas como: Cia Flu, unidades de São José dos Campos (SP) e Guaratinguetá (SP), Liebherr – Guaratinguetá (SP), CSN – Volta Redonda (RJ) e Fibria – Jacareí (SP).

Trailer Odontológico

A CCR NovaDutra mantém um consultório dentário completo a bordo de um trailer, que hoje, fica estacionado em um posto de serviços, em Roseira (SP).

O Projeto promove o atendimento odontológico gratuito aos caminhoneiros, inculcando as práticas de higiene bucal com o objetivo de reduzir os níveis atuais de cáries e doenças periodontais, bem como a ampliação do acesso desses profissionais ao tratamento.

Em 2013, aproximadamente 3 mil motoristas profissionais foram beneficiados pelo projeto.

Cine Tela Brasil (Lei Rouanet)

O Cine Tela Brasil consiste em uma grande tenda de 13m x 15m, onde são instaladas 225 cadeiras, equipamento profissional de projeção 35 mm (cinemascope), som *stéreo* (sistema de som que se utiliza de dois canais monaurais), e ar condicionado de última geração. Toda a estrutura é montada e desmontada a cada visita, sendo transportada por um caminhão, que durante as sessões transforma-se em sala de projeção.

Em 2013, o projeto atendeu 5.369 pessoas no eixo da Via Dutra que assistiram gratuitamente filmes nacionais da mais alta qualidade.

Música nas Escolas de Barra Mansa (Lei Rouanet)

A CCR NovaDutra apoia ainda o projeto Música nas Escolas, na cidade Barra Mansa, que oferece educação musical a crianças e adolescentes. O projeto mantém, entre outros, uma orquestra sinfônica e uma banda marcial, reconhecidas nacionalmente.

A proposta de oferecer teoria e prática musicais de qualidade deu tão certo que, hoje, caracteriza-se numa verdadeira revolução que já envolve 22.300 jovens e está formando uma nova geração de músicos e espectadores qualificados.

Projeto Buzum (Lei Rouanet)

Trata-se de um teatro itinerante que leva a magia dos bonecos para as crianças de ensino fundamental, através de um ônibus com espaço lúdico com todo equipamento teatral: platéia, palco, iluminação, sonorização e ar condicionado, com capacidade de receber até 55 espectadores por sessão.

Em 2013, o projeto atendeu 16 cidades e mais de 8.000 crianças.

Teatro a Bordo (Viabilizado via Lei Rouanet)

O projeto Teatro a Bordo é um caminhão-palco, com estrutura de som, luz e tendas que se instala em locais públicos com uma programação bem diversificada. O projeto oferece atividades artísticas, como teatro, histórias, oficina educativa, além de curtas metragens de filmes nacionais para a população.

Em 2013, o projeto atendeu 10 cidades e beneficiou mais de 16 mil crianças, jovens e adultos.

Ler é uma Viagem

O projeto Ler é uma viagem com Monteiro Lobato visa estimular o hábito à leitura de forma dinâmica e lúdica, através da interação entre o leitor e os alunos. Conduzidos por uma leitora pública, os participantes são convidados a “viajar” pelos caminhos fantásticos da literatura, acompanhados pela sutileza da música executada ao vivo por músicos convidados.

Em 2013, o projeto atendeu 5 cidades e beneficiou mais de mil alunos.

Rugby Social (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São José dos Campos)

O projeto visa promover a inclusão social através do *Rugby* para 170 jovens de áreas de maior vulnerabilidade. Além da prática do esporte, o projeto oferece alimentação, transporte e acompanhamento psicológico. A CCR NovaDutra apoia o projeto desde 2008.

Criando um Futuro (Viabilizado via Lei Federal do Esporte)

O projeto Criando um Futuro visa criar oportunidades para 400 crianças e jovens de Nova Iguaçu – RJ. Além da prática esportiva pelo Handebol, o projeto promove a inclusão social e formação de atletas que ainda, disputam campeonatos estaduais e brasileiros.

ONG Integração (Viabilizado via Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Itatiaia - RJ)

Realizado em Itatiaia (RJ), o projeto promove mensalmente a inclusão de 100 crianças e jovens, através das modalidades: Atletismo, Vôlei e *Rugby* e ainda, oferece aulas de percussão e oficinas de artesanato.

São José Rugby

O projeto visa desenvolver atletas de alto rendimento para representar a cidade em diversas competições. Em 2013, a equipe conquistou diversos títulos e ainda, abasteceu a Seleção Brasileira de *Rugby* com diversos atletas. A CCR NovaDutra apoia o projeto desde 2012.

Atleta Cidadão

Idealizado pela Prefeitura de São José dos Campos, o projeto promove a inclusão social através do esporte, beneficiando 333 crianças e jovens, em de 8 modalidades. Em 2013, as equipes conquistaram diversos campeonatos, como os jogos abertos e regionais, considerados os mais importantes da região.

Motociclismo Jean Azevedo (Fundo de Apoio ao Desporto Não Profissional do Município de São José dos Campos - SP)

O incentivo visa à formação e aprimoramento técnico-esportivo do atleta Jean Azevedo para representar o município em competições nacionais e/ou internacionais na modalidade de Rali e ainda, promove palestras sobre segurança em escolas públicas de São José dos Campos.

No ano de 2013 o projeto beneficiou mais de mil pessoas.

Goalball – Provisão (Viabilizado via Fundo de Apoio ao Desporto não Profissional do Município de São José dos Campos - SP)

O projeto promove o incremento da qualidade de vida de mais de 20 pessoas com deficiência visual, focando na modalidade de *goalball*, como atividades de lazer e recreação. Além das atividades esportivas, a equipe masculina e feminina participa de campeonatos regionais e estaduais.

Handebol em Ação (LIFE – Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte do Município de Jacareí)

A CCR NovaDutra patrocina ainda a equipe masculina e feminina de Handebol do município de Jacareí. O projeto promove a inclusão social e formação de novas gerações de atletas em várias idades. O projeto beneficiou em 2013 mais de 118 atletas.

Formação de Equipes de Tênis de Mesa (LIFE – Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte do Município de Jacareí)

Patrocinado pela CCR NovaDutra, o projeto Tênis de Mesa também tem como objetivo a inclusão social e formação de atletas de alto rendimento. Em 2013, a equipe conquistou vários títulos, entre eles, os jogos regionais e abertos do interior, considerados os mais importantes da região.

Em 2013 o projeto atendeu mais de 123 jovens atletas.

Rugby de Jacareí

Patrocinado pela CCR NovaDutra, o projeto Jacareí *Rugby* também tem como objetivo a inclusão social e formação 170 atletas. Em 2013, a equipe conquistou diversos títulos e alcançou o topo do cenário nacional da modalidade.

Projeto Viver & Dançar (LIF - Lei de Incentivo Fiscal do Município de São José dos Campos)

O grupo Síndrome do Hip Hop, vem transmitir, conscientizar e quebrar as barreiras do preconceito através da dança, com o espetáculo Conexões. Foram realizadas diversas apresentações em locais públicos beneficiando mais de 5 mil pessoas. A CCR NovaDutra apoia o projeto desde 2010.

O Convite dos Bichos Livro/Teatro (Viabilizado via LIC – Lei de Incentivo Fiscal à Cultura do Município de São José dos Campos)

Criação de um livro e uma peça de teatro infantil que aborda de forma lúdica a preservação das espécies e a transformação do meio ambiente. Os livros foram distribuídos para as escolas de ensino fundamental da rede pública e, para complementar, foram realizadas diversas apresentações teatrais para mais de mil crianças.

Pedra Mar Arte e Geração de Renda (Viabilizado via LIC – Lei de Incentivo Fiscal à Cultura do Município de Jacareí - SP)

O projeto tem como intuito formar um ambiente cultural que agregue multiplicadores para a difusão, desenvolvendo e criando novas perspectivas de ação e criação artesanal para a comunidade do Pedra Mar, em Jacareí - SP.

Em 2013, mais de 20 jovens foram capacitados pelo projeto.

Moçambique nas Escolas Cultura para todos (Viabilizado via LIC – Lei de Incentivo Fiscal à Cultura do Município de Jacareí)

O projeto tem como intuito divulgar o Moçambique nas escolas de Jacareí - SP, visando à preservação deste Patrimônio Imaterial do Brasil. Por meio de capacitações, mais de 20 alunos aprendem a confeccionar instrumentos musicais, recebem aulas sobre a cultura do Moçambique e ainda, realizam apresentações em espaços públicos.

Graffiti de Lembranças e tradições (Viabilizado via LIC – Lei de Incentivo Fiscal à Cultura do Município de Jacareí)

Graffiti de Lembranças e Tradições é um projeto de caráter cultural, que alia as memórias do passado ao presente, através de exposições em espaços públicos. Além de colorir a cidade de Jacareí - SP, o projeto oferece workshops para capacitar mais de 20 jovens.

Cultura Viva Jacareí Violeiros (Viabilizado via LIC – Lei de Incentivo Fiscal à Cultura do Município de Jacareí)

Registro e produção de documentário sobre os Violeiros de Jacareí, visando à preservação deste Patrimônio Imaterial do Vale do Paraíba. Após a produção, foram realizadas diversas apresentações em locais públicos, como museus e escolas da cidade.

Ópera na Escola (Viabilizado via LIC – Lei de Incentivo Fiscal à Cultura do Município de Jacareí)

O projeto destina-se a capacitar os alunos das escolas da rede pública de ensino no seu desenvolvimento educacional, integrando as diversas linguagens artístico-culturais do mundo da ópera; a dança, a música, o teatro, a literatura.

Além dos workshops, o projeto promove apresentações gratuitas de ópera para a comunidade aos finais de semana em escolas públicas.

Em 2013, foram beneficiados mais de 5 mil jovens.

Festival do Pinhão de Visconde de Mauá (Viabilizado via LIC – Lei de Incentivo Fiscal à Cultura do Município de Resende - RJ)

O Festival tem como intuito resgatar a cultura regional e oferecer aos munícipes atrações culturais e pratos típicos de pinhão. O evento é considerado a mais tradicional festa da região de Visconde de Mauá.

Em 2013, mais de 15 mil pessoas prestigiaram o evento.

Espaço Cultural e Palco Resende no Aniversário da Cidade (Viabilizado via LIC – Lei de Incentivo Fiscal à Cultura do Município de Resende - RJ)

O Projeto Espaço Cultural e Palco Resende no Aniversário da Cidade, fomentou a cultura popular, oferecendo atividades prazerosas à população, como apresentações de artistas regionais e nacionais, exposição de artesanato e diversas atividades culturais, valorizando Resende e aquecendo a economia local com a geração de empregos diretos e indiretos.

Em 2013, o evento beneficiou mais de 90 mil pessoas.

Taekwondo de Resende (Viabilizado via LIF – Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte do Município de Resende)

A CCR NovaDutra incentiva a equipe de Taekwondo do município de Resende - RJ. O projeto promove a inclusão social, formação de novas gerações de atletas em diversas idades e participação em vários campeonatos.

Em 2013, foram beneficiados mensalmente 30 atletas.

Handebol de Resende (Viabilizado via LIF – Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte do Município de Resende)

A CCR NovaDutra apoia a equipe masculina e feminina de Handebol do município de Resende - RJ.

O projeto promove a inclusão social e formação de novas gerações de atletas em diversas idades.

Em 2013, o projeto beneficiou mensalmente 80 atletas.

Dia Mundial do Meio Ambiente

Em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente (05 de junho), os alunos contemplados pelo Programa Estrada para a Cidadania distribuíram 500 mudas de árvores e plantas ornamentais aos usuários da Via Dutra. O evento contou com a parceria do Centro de Estudos Ambientais do Vale do Paraíba (Ceavap), da Polícia Rodoviária Federal e apoio da Secretaria Municipal de Educação de Roseira.

Projeto Socioambiental Sacolona

Projeto socioambiental que transforma lonas de comunicação rodoviária em sacolas, bolsas e estojos, diminuindo o descarte desta matéria - prima nos lixões, além de gerar trabalho e renda para costureiras envolvidas no projeto.

7. Dividendos

Em 2013, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração, a CCR NovaDutra distribuiu dividendos em abril e outubro. O total de dividendos distribuídos foi de R\$ 252.611 mil.

8. Reconhecimentos

- Em pesquisa realizada pela CNT (Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística), a CCR NovaDutra foi eleita a 8ª melhor rodovia do País, segundo ranking da 17ª edição da Pesquisa CNT de Rodovias, mostrando uma sensível melhora em relação aos anos anteriores (2011: 25ª colocação; 2012: 11ª colocação).

- O Projeto Estrada Sustentável recebeu destaque no Guia Quatro Rodas na categoria “Rodovias Mais Verdes” e no Guia Exame de Sustentabilidade 2013, no setor de infraestrutura, contribuindo para a conquista do prêmio da Controladora CCR como “Empresa mais Sustentável em Infraestrutura”.

- A CCR NovaDutra recebeu o prêmio “Vida Que Te quero Viva” da Associação Comercial do Rio de Janeiro – ACRJ, por promover o desenvolvimento sustentável em suas áreas de atuação, por meio do Programa Estrada Sustentável. A distinção foi recebida em solenidade na sede da ACRJ, no Rio de Janeiro, em setembro de 2013.

9. Instrução CVM 381/03

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/03, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, não contratamos nossos auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos a auditoria externa.

Em nosso relacionamento com auditores independentes, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

10. Considerações finais

As demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480/09, de 07 de dezembro de 2010, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

11. Agradecimentos

Neste ano de 2013, marcado por realizações e conquistas, a CCR NovaDutra agradece a todos os nossos usuários, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo Federal e à ANTT, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e à Polícia Rodoviária Federal pela parceria desenvolvida.

Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

Santa Isabel, 19 de Fevereiro de 2014.

A Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

Santa Isabel - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas

contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas de IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n° 2 SP 011609/O-8

José Roberto P. Carneiro
Contador
CRC n° 1 SP 109447/O-6

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (Companhia aberta)

Balanço patrimonial

em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo		2013	2012	Passivo		2013	2012
	Nota				Nota		
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	45.673	41.503	Financiamentos e arrendamento mercantil	12	1.019	1.982
Contas a receber	7	12.039	13.526	Debêntures e notas promissórias	13	631.959	265.918
Contas a receber - partes relacionadas	9	59.730	57.855	Fornecedores	14	40.960	61.128
Impostos a recuperar		366	774	Fornecedores - partes relacionadas	9	27.442	31.160
Despesas antecipadas		754	694	Impostos e contribuições a recolher	15a	29.899	24.675
Outros créditos		2.553	2.537	Obrigações sociais e trabalhistas		7.210	6.679
Total do ativo circulante		121.115	116.889	Impostos e contribuições parcelados	15b	4.163	3.939
				Provisão de manutenção	18	44.394	54.667
				Outras contas a pagar		8.503	8.963
				Total do passivo circulante		795.549	459.111
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos e arrendamento mercantil	12	859	1.883
Ativo fiscal diferido	8b	13.088	-	Debêntures	13	259.623	518.671
Contas a receber - partes relacionadas	9	11	83	Impostos e contribuições parcelados	15b	20.471	23.306
Depósitos judiciais		164	1.504	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	16	6.099	9.779
		13.263	1.587	Passivo fiscal diferido	8b	-	1.453
				Provisão de manutenção	18	121.151	99.562
Imobilizado	10	88.038	82.049	Total do passivo não circulante		408.203	654.654
Intangível	11	1.401.878	1.359.993	Patrimônio líquido			
				Capital social	19a	360.918	314.223
				Reservas de lucros	19b	59.624	132.530
Total do ativo não circulante		1.503.179	1.443.629	Total do patrimônio líquido		420.542	446.753
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.624.294	1.560.518
Total do ativo		1.624.294	1.560.518				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (Companhia aberta)

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita operacional líquida	20	<u>1.220.833</u>	<u>1.176.573</u>
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(175.962)	(189.532)
Provisão de manutenção	18	(57.073)	(55.496)
Depreciação e amortização		(153.184)	(112.035)
Custos com obrigações poder concedente		(13.686)	(21.067)
Serviços		(299.858)	(294.790)
Custo com pessoal		(11.362)	(10.108)
Materiais, equipamentos e veículos		(3.693)	(3.709)
Outros		(7.469)	(7.580)
		<u>(722.287)</u>	<u>(694.317)</u>
Lucro bruto		498.546	482.256
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(12.872)	(11.103)
Serviços		(43.043)	(50.070)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.296)	(1.151)
Depreciação e amortização		(2.544)	(2.047)
Outros		(19.704)	(17.800)
		<u>(79.459)</u>	<u>(82.171)</u>
Outras receitas operacionais		717	1.267
Outras despesas operacionais		<u>(354)</u>	<u>(338)</u>
Resultado antes das (despesas) receitas financeiras e impostos		419.450	401.014
Despesas financeiras	21	(84.845)	(69.324)
Receitas financeiras	21	<u>6.711</u>	<u>5.452</u>
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		341.316	337.142
Imposto de renda e contribuição social - correntes	8a	(129.457)	(101.367)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8a	<u>14.541</u>	<u>(6.048)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>226.400</u>	<u>229.727</u>
Lucro líquido por ação básico e diluído (em reais)	19d	<u>1,7582</u>	<u>1,7841</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (Companhia aberta)

Demonstração de resultado abrangente
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício	226.400	229.727
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>226.400</u>	<u>229.727</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (Companhia aberta)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de Lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Legal	Estatutária	Retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2012		257.911	16.118	5.851	139.308	-	419.188
Aumento de capital em 16 de abril de 2012		56.312	(16.118)	-	(40.194)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	229.727	229.727
Destinações:							
Reserva legal		-	11.486	-	-	(11.486)	-
Reserva estatutária		-	-	1.149	-	(1.149)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 25 de outubro de 2012		-	-	-	(99.114)	(103.048)	(202.162)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	114.044	(114.044)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		314.223	11.486	7.000	114.044	-	446.753
Aumento de capital em 25 de abril de 2013	19a	46.695	(11.486)	-	(35.209)	-	-
Distribuição de dividendos em 29 de abril de 2013		-	-	-	(68.246)	-	(68.246)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	226.400	226.400
Destinações:							
Reserva legal	19b	-	11.320	-	-	(11.320)	-
Reserva estatutária	19b	-	-	1.132	-	(1.132)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 28 de outubro de 2013	19c	-	-	-	(10.589)	(173.776)	(184.365)
Reserva de retenção de lucros	19b	-	-	-	40.172	(40.172)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		360.918	11.320	8.132	40.172	-	420.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (Companhia aberta)

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
		(Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	226.400	229.727
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(14.541)	6.048
Depreciação e amortização	155.728	114.082
Baixa do ativo imobilizado	672	338
Juros e variação monetária sobre debêntures, notas promissórias e financiamentos circulantes e não circulantes	70.237	61.078
Capitalização de custo de empréstimos	(9.414)	(20.639)
Juros sobre impostos parcelados	1.496	1.947
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	31	(92)
Constituição e reversão de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	(3.678)	(757)
Constituição da provisão de manutenção	57.073	55.496
Ajustes a valor presente provisão de manutenção	20.394	24.568
Variações nos ativos e passivos		
Redução (aumento) dos ativos		
Contas a receber	1.456	(1.829)
Contas a receber - partes relacionadas	(1.803)	(4.147)
Impostos a recuperar	408	(76)
Despesas antecipadas	(60)	4.351
Outros créditos e depósitos judiciais	1.324	(2.263)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	10.489	(11.874)
Fornecedores - partes relacionadas	(10.157)	(744)
Obrigações sociais e trabalhistas	531	1.589
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social	121.299	97.050
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(120.182)	(98.679)
Pagamento da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	(2)	-
Realização de provisão de manutenção	(66.151)	(120.011)
Outras contas a pagar	(460)	501
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	441.090	335.664
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(19.808)	(17.587)
Aquisição de ativo intangível	(199.270)	(180.005)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(219.078)	(197.592)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(252.611)	(202.162)
Financiamentos, debêntures e notas promissórias:		
Captações	359.928	702.955
Pagamentos de principal	(261.391)	(553.881)
Pagamento de juros	(63.768)	(66.008)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(217.842)	(119.096)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	4.170	18.976
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	41.503	22.527
No final do exercício	45.673	41.503
	4.170	18.976

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (Companhia aberta)

Demonstração do valor adicionado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012
Receitas			
Receita de pedágio	20	1.113.905	1.050.626
Receita de construção	20	175.962	189.532
Outras receitas	20	30.063	30.166
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo de construção		(175.962)	(189.532)
Provisão de manutenção	18	(57.073)	(55.496)
Custos dos serviços prestados		(323.660)	(311.141)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(63.318)	(83.245)
Valor adicionado bruto		<u>699.917</u>	<u>630.910</u>
Depreciação e amortização		<u>(155.728)</u>	<u>(114.082)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		<u>544.189</u>	<u>516.828</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	21	<u>6.711</u>	<u>5.452</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u><u>550.900</u></u>	<u><u>522.280</u></u>
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		18.332	16.036
Benefícios		1.891	1.749
FGTS		857	719
Outras		289	150
Tributos			
Federais		160.935	150.838
Estaduais		317	281
Municipais		57.251	54.074
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		84.053	68.173
Aluguéis		575	533
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	19	173.776	103.048
Lucros retidos do exercício	19	<u>52.624</u>	<u>126.679</u>
		<u><u>550.900</u></u>	<u><u>522.280</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto social exclusivo, sob o regime de concessão por um prazo total de 25 anos, até 28 de fevereiro de 2021, a exploração da Rodovia BR 116/RJ/SP, trecho Rio de Janeiro - São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, mediante cobrança de pedágio.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Operação da rodovia e execução de obras iniciais de recuperação sem a cobrança de pedágio, o que ocorreu até 31 de julho de 1996;
- Apoio à fiscalização de trânsito, com operação de balanças fixas e móveis e sistema eletrônico de velocidade instalado ao longo da rodovia;
- Construção de marginais nas regiões da Baixada Fluminense (RJ), São Paulo (SP) e de São José dos Campos (SP), iniciada no segundo semestre de 1997 e parcialmente implementados, e construção de novos trechos de 2010 a 2014;
- Implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, instalados no segundo semestre de 1997;
- Implantação da nova pista de subida da Serra das Araras, com cronograma a ser definido pelo Poder Concedente.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b) Receitas de serviços

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias;

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços;

Receitas de construção: segundo a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças neste são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

- Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ações preferenciais

As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso sejam não resgatáveis, ou somente resgatáveis à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação de sua parcela do capital social.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esse possa operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº. 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item “r”.

h) Ativos arrendados

- Arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

- Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são caracterizados como arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor.

Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo ou prazo de concessão, dos dois o menor.

Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, conforme nota explicativa nº. 17.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica recuperação do valor perdido, esta recuperação é registrada no resultado.

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

k) Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

l) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias ou cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

m) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

n) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração do imposto de renda e contribuição social.

No dia 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e dispõe sobre a tributação das pessoas residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior, além de outras alterações na legislação tributária. Os dispositivos da Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014, a ser regulamentada pela Receita Federal do Brasil. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos da nova norma e aguarda sua regulamentação, para então optar pela data de adoção e a sua conversão em lei. No melhor entendimento da Administração, baseado na opinião de nossos assessores jurídicos, não se espera impactos materiais nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

q) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar (divulgado na nota explicativa nº. 25) ao Poder Concedente, sob o entendimento dos contratos de concessão serem contratos executórios. Nos contratos de concessão a relação entre as partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a serem cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Neste tipo de contrato, tanto o concessionário quanto o Poder Concedente possuem o direito de rescisão, sendo que o concessionário será indenizado pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

r) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

s) *Demonstrações de valor adicionado*

Foram elaboradas as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) da Companhia, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

t) *Novos pronunciamentos e interpretações*

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2013, pelo International Accounting Standards Board – IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	(b)
IFRS 7 e IFRS 9 – Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição	(b)
Modificações a IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27	Introduz novas exigências de divulgação a entidades de investimento	(a)
IAS 32 – Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014;

(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros. Estabelece a divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros.	(a)
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS12 - Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: guia de transição.	(a)
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12.	(a)
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em “joint ventures”, eliminando o método de consolidação proporcional.	(a)
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	(a)
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização entre outros.	(a)
IFRS 13 - Valor justo	Estabelece em um único IFRS a estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações sobre o mesmo.	(a)
IAS 19 - Benefícios a empregados	Fornece aos investidores e outros usuários das demonstrações financeiras uma idéia mais clara das obrigações atuais e futuras da empresa, decorrentes de planos de benefícios definidos e como essas obrigações afetarão a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa.	(a)
IAS 27 (R) e IAS 28 (R) - Modificações	Modificações para equalização com as IFRS 10, 11 e 12.	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

3. Apresentação demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aplicadas de maneira consistente.

Em 19 de fevereiro de 2014 foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC01 (R1)
- 7 Provisão para devedores duvidosos
- 8b Impostos diferidos
- 10 Depreciação do ativo imobilizado
- 11 Amortização dos ativos intangíveis
- 16 Provisão para riscos
- 17 Classificação de arrendamento mercantil
- 18 Provisão de manutenção
- 22 Instrumentos financeiros

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reclassificações

Demonstração do resultado do exercício

Para melhor apresentação dos custos e despesas com serviços, na demonstração do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi reclassificado o montante de R\$ 14.463 da linha de serviços contida no grupo de despesas gerais e administrativas para a linha de serviços contida no grupo de custo dos bens e/ou serviços vendidos.

Demonstração dos fluxos de caixa

Para melhor apresentação dos fluxos de caixa operacionais e fluxos de caixa de investimentos, na demonstração dos fluxos de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi reclassificado o montante de R\$ 36.941 do fluxo de caixa das atividades operacionais para o fluxo de caixa das atividades de investimento, conforme demonstrado abaixo:

	2012		
	(Emitido anteriormente)	(Reclassificações)	(Reapresentado)
Outros movimentos das atividades operacionais	348.282	-	348.282
Fornecedores	(974)	(10.900)	(11.874)
Fornecedores - partes relacionadas	25.297	(26.041)	(744)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	372.605	(36.941)	335.664
Aquisição de ativo imobilizado	(17.587)	-	(17.587)
Aquisição de ativo intangível	(216.946)	36.941	(180.005)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(234.533)	36.941	(197.592)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(119.096)	-	(119.096)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	18.976	-	18.976

4 Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

5 Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do CDI relativo às debêntures e notas promissórias, (2) da TJLP relativo aos financiamentos em reais. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº. 6, 12 e 13.

A tarifa de pedágio é reajustada por índices de inflação.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos (valores brutos dos custos de transação), por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos e arrendamentos mercantis	1.019	418	280	161	-
Debêntures e notas promissórias (*)	632.355	259.760	-	-	-

(*) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 674.434, substancialmente compostos por debêntures, conforme mencionado na nota explicativa nº. 13. As debêntures e notas promissórias têm vencimentos previstos para os anos de 2013 a 2017. A reestruturação da dívida está em andamento, sendo que a Administração acredita que deve ocorrer o alongamento/substituição da dívida nos próximos meses.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e bancos	3.658	4.588
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>42.015</u>	<u>36.915</u>
	<u>45.673</u>	<u>41.503</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 99,56% do CDI, equivalente a 8,03% ao ano (8,31% ao ano em 31 de dezembro de 2012).

7 Contas a receber

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	8.170	8.771
Cartão de crédito visa (b)	1.062	1.062
Pedágio eletrônico - outros (b)	<u>2.906</u>	<u>3.761</u>
	12.138	13.594
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(99)</u>	<u>(68)</u>
	<u>12.039</u>	<u>13.526</u>

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes, basicamente, de operações com cartões de crédito e vale pedágio;
- (c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) - É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, baseado no histórico de perda da Companhia.

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Crédito a vencer	11.684	13.115
Créditos vencidos até 60 dias	123	410
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	232	1
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	51	-
Créditos vencidos de 181 a 360 dias	48	3
Créditos vencidos há mais de 361 dias	-	65
	<u>12.138</u>	<u>13.594</u>

8 Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrados no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	341.316	337.142
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(116.047)	(114.628)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivo relativo ao imposto de renda	3.359	2.937
Despesas indedutíveis	(1.138)	(49)
Outros ajustes tributários	(850)	(830)
Despesas com brindes e associações de classe	(240)	(1.275)
Efeitos tributários da compensação de prejuízos fiscais e base negativa (*)	-	6.430
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(114.916)</u>	<u>(107.415)</u>
Impostos correntes	(129.457)	(101.367)
Impostos diferidos	14.541	(6.048)
	<u>(114.916)</u>	<u>(107.415)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34%</u>	<u>32%</u>

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) Acerto refere-se a crédito tributário relativo ao exercício de 1996, em fase pré-operacional e no momento do início de atividades, foram reconhecidas as despesas no resultado e glosadas pelo fisco. A companhia recorreu, porém perdeu e com o benefício da Lei nº. 11.941, a Companhia liquidou os débitos questionados pela Receita Federal do Brasil. Por conta da amortização das despesas em 1996, a Companhia retroagiu e está aproveitando integralmente esta despesa por conta da decadência do prazo de amortização.

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Bases ativas		
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (c)	73.157	58.718
Constituição da provisão de manutenção (b)	56.285	52.437
Depreciação de obras lançadas no custo (a)	15.669	17.014
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, previdenciários e cíveis	2.074	3.325
Depreciação e juros sobre leasing	1.316	922
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	559	23
Provisão para participação nos resultados (PLR)	421	349
Custo da transação na emissão de títulos	159	147
Provisão para perda de investimentos	123	123
Outros	41	-
	<u>149.804</u>	<u>133.058</u>
Bases passivas		
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(112.010)	(111.303)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(22.589)	(21.758)
Pagamentos de juros e principal arrendamento mercantil	(1.968)	(1.450)
Outros	(149)	-
	<u>(136.716)</u>	<u>(134.511)</u>
Ativo diferido líquido	13.088	-
Passivo diferido líquido	<u>-</u>	<u>(1.453)</u>

- a) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo, conforme legislação contábil e societária atual – Lei 11.638/07;
- b) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “c” conforme legislação contábil e societária atual – Lei 11.638/07;
- c) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção, conforme legislação contábil e societária atual – Lei 11.638/07;
- d) Depreciação de ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil): trata-se de impostos decorrentes da diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como de melhorias, conforme legislação contábil e societária atual – Lei 11.638/07; e

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- e) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, conforme legislação contábil e societária atual – Lei 11.638/07.

9 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações			Saldos	
	Serviços prestados	Receita	Aquisição de Intangível	Ativo Contas a receber	Passivo Contas a pagar
Controladora					
CCR S.A. (a)	17.679	-	-	-	15
Outras partes relacionadas					
CPC (b)	22.972	-	-	2	-
Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Eng.(c)	-	-	50.149	-	6.439
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (d)	254.416	-	-	-	20.881
Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (e)	-	-	-	59.292	-
Samm (f)	-	657	-	413	-
Companhia Operadora de Rodovia (g)	-	-	-	5	-
RodoNorte (g)	-	-	-	-	1
Metrô Bahia (g)	-	-	-	29	106
Total circulante, 31 de dezembro de 2013				59.730	27.442
Total não circulante, 31 de dezembro de 2013				11	-
Total, 31 de dezembro de 2013	295.067	657	50.149	59.741	27.442
Total, 31 de dezembro de 2012	292.041	331	-	57.938	31.160

Saldos a pagar aos profissionais-chave:

	2013	2012 (Reapresentado)
Remuneração dos administradores (h)	798	807

Despesas com profissionais-chave da administração:

	2013	2012
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.217	1.152
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	1.092	2.668
Previdência privada	111	127
Seguro de vida	5	5
	<u>2.425</u>	<u>3.952</u>

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na AGO realizada em 18 de abril de 2013, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.200, a qual não inclui os encargos sociais.

- (a) Prestador de serviço de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos;
- (b) Prestador de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção;
- (c) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de obras da rodovia;
- (d) Prestador exclusivo de serviços de operação e manutenção da rodovia;
- (e) Valores de tarifa de pedágio cobrada de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente;
- (f) Refere-se a serviços de transmissão de dados em alta capacidade, através de fibras ópticas;
- (g) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; e
- (h) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração: conselho de administração (somente remuneração fixa), diretoria estatutária e diretoria não estatutária.

10 Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2013			2012		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	De preciação	Líquido
Móveis e utensílios	10	4.539	(2.087)	2.452	5.033	(2.544)	2.489
Máquinas e equipamentos	14	31.861	(15.052)	16.809	28.529	(13.500)	15.029
Veículos	20	28.296	(16.930)	11.366	22.946	(16.284)	6.662
Instalações e edificações	10	3.660	(1.581)	2.079	1.586	(1.580)	6
Sistemas operacionais	11	85.796	(53.366)	32.430	90.533	(51.347)	39.186
Imobilizações em andamento	-	22.902	-	22.902	18.677	-	18.677
		<u>177.054</u>	<u>(89.016)</u>	<u>88.038</u>	<u>167.304</u>	<u>(85.255)</u>	<u>82.049</u>

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo dos bens totalmente depreciados era de R\$ 35.840 (R\$ 44.475 em 31 de dezembro de 2012).

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do custo

	2012		2013		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	5.033	4	(885)	387	4.539
Máquinas e equipamentos	28.529	-	(2.077)	5.409	31.861
Veículos	22.946	-	(1.739)	7.089	28.296
Instalações e edificações	1.586	-	-	2.074	3.660
Sistemas operacionais	90.533	-	(6.407)	1.670	85.796
Imobilizações em andamento	18.677	21.242	-	(17.017)	22.902
	<u>167.304</u>	<u>21.246</u>	<u>(11.108)</u>	<u>(388)</u>	<u>177.054</u>

	2011		2012		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	4.184	-	(5)	854	5.033
Máquinas e equipamentos	22.808	-	(349)	6.070	28.529
Veículos	22.017	-	(374)	1.303	22.946
Instalações e edificações	1.586	-	-	-	1.586
Sistemas operacionais	84.971	-	(3)	5.565	90.533
Imobilizações em andamento	17.070	18.955	(64)	(17.284)	18.677
	<u>152.636</u>	<u>18.955</u>	<u>(795)</u>	<u>(3.492)</u>	<u>167.304</u>

(a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 1.438 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.368 em 31 de dezembro de 2012).

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da depreciação

	2012		2013		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Móveis e utensílios	(2.544)	(395)	852	-	(2.087)
Máquinas e equipamentos	(13.500)	(3.351)	1.798	1	(15.052)
Veículos	(16.284)	(2.291)	1.645	-	(16.930)
Instalações e edificações	(1.580)	(1)	-	-	(1.581)
Sistemas operacionais	(51.347)	(8.159)	6.141	(1)	(53.366)
	<u>(85.255)</u>	<u>(14.197)</u>	<u>10.436</u>	<u>-</u>	<u>(89.016)</u>
	2011		2012		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Móveis e utensílios	(2.190)	(357)	3	-	(2.544)
Máquinas e equipamentos	(11.114)	(2.549)	166	(3)	(13.500)
Veículos	(14.422)	(2.147)	285	-	(16.284)
Instalações e edificações	(1.579)	(1)	-	-	(1.580)
Sistemas operacionais	(43.388)	(7.965)	3	3	(51.347)
	<u>(72.693)</u>	<u>(13.019)</u>	<u>457</u>	<u>-</u>	<u>(85.255)</u>

11 Ativo intangível

	Taxa média anual de amortização %	2013			2012		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura	(a)	2.108.015	(711.054)	1.396.961	1.924.986	(571.275)	1.353.711
Direitos de uso de sistemas informatizados	15	9.807	(6.754)	3.053	9.420	(5.855)	3.565
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	17	5.774	(3.910)	1.864	5.774	(3.057)	2.717
		<u>2.123.596</u>	<u>(721.718)</u>	<u>1.401.878</u>	<u>1.940.180</u>	<u>(580.187)</u>	<u>1.359.993</u>

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do custo

	2012		2013	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (b)	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura (c)	1.924.986	183.028	1	2.108.015
Direitos de uso de sistemas informatizados	9.420	-	387	9.807
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	5.774	-	-	5.774
	<u>1.940.180</u>	<u>183.028</u>	<u>388</u>	<u>2.123.596</u>

	2011		2012	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (b)	Custo
Direitos de exploração da infraestrutura	1.716.251	208.496	239	1.924.986
Direitos de uso de sistemas informatizados	6.275	-	3.145	9.420
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	5.666	-	108	5.774
	<u>1.728.192</u>	<u>208.496</u>	<u>3.492</u>	<u>1.940.180</u>

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

(b) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 7.976 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 19.271 em 31 de dezembro de 2012). A taxa de capitalização dos custos de empréstimos foi, em média, de 7,19% ao ano durante o exercício de 2013 (em média, de 7,14% ao ano durante o exercício de 2012).

(c) Do montante de R\$ 2.108.015 em 31 de dezembro de 2013, R\$ 124.358 refere-se à intangível em fase de construção e não disponibilizado aos usuários. As principais obras de melhorias em andamento em 31 de dezembro de 2013 são as seguintes:

1. Implantação de marginal do km 170,4 ao km 176 Pista Norte (RJ);
2. Implantação de marginal em Guarulhos km 216 ao km 222 (SP);
3. Implantação de marginal do km 173,7 ao km 176 Pista Sul (RJ);
4. Ponte Rio – São Gonçalo km 64,37 Pista Sul (SP);
5. Implantação de faixas adicionais e acessos;
6. Ponte Rio Pirai km 237,23 Pista Sul (RJ);
7. Implantação Passarela km 301,9 (RJ);e
8. Restauração da balança de Paracambi.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da amortização

	2012	2013	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(571.275)	(139.779)	(711.054)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(5.855)	(899)	(6.754)
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	(3.057)	(853)	(3.910)
	<u>(580.187)</u>	<u>(141.531)</u>	<u>(721.718)</u>
	2011	2012	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(472.059)	(99.216)	(571.275)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(5.135)	(720)	(5.855)
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	(1.930)	(1.127)	(3.057)
	<u>(479.124)</u>	<u>(101.063)</u>	<u>(580.187)</u>

12 Financiamentos e arrendamento mercantil financeiro

Instituições Financeiras	Taxas contratuais (% a.a)	Vencimento final	2013	2012	
HSBC Bank Brasil S.A.	TJLP + 1,7 % a.a.	Outubro de 2013	-	91	(a)
1. Banco Alfa de Investimento S.A.	TJLP + 7,0 % a.a.	Julho de 2015	371	606	(a)
1. Banco Alfa de Investimento S.A.	TJLP + 5,5 % a.a.	Julho de 2017	1.006	1.275	(a)
Banco Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	CDI + 1,5 % a.a.	Outubro de 2013	-	765	(a)
Banco Itaú BBA S.A.	CDI + 1,23 % a.a.	Julho de 2015	86	276	(a)
Banco Itaú BBA S.A.	CDI + 1,26% a.a.	Outubro de 2014	22	-	(a)
Banco Bradesco S.A.	CDI + 1,14 % a.a.	Janeiro de 2015	393	852	(a)
Total			<u>1.878</u>	<u>3.865</u>	
Total circulante			<u>1.019</u>	<u>1.982</u>	
Total não circulante			<u>859</u>	<u>1.883</u>	

Garantias:

(a) Bens financiados

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2013
2015	418
2016	280
2017	161
Total	<u>859</u>

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, especificamos as principais condições, garantias vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo as indexações do quadro acima. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- Em outubro de 2012 foram contratados novos empréstimos Finame junto ao Banco Alfa, com vencimento até julho de 2017 e taxa remuneratória fixa de 5,50% a.a., no montante total de R\$ 1.275 mil, destinam-se substancialmente à compra de caminhões, guinchos, plataformas de auto socorro, cesta aérea, ambulância e equipamentos de demarcação viária.

13 Debêntures e notas promissórias

	Taxas Contratuais	Custo Efetivo (% a.a.)	Saldo de custos de transação a apropriar	Vencimento Final	2013	2012	
1. Debêntures Série 1	110,50% do CDI	0,1648% (a)	305	Outubro de 2015	174.214	259.724	(b)
1. Debêntures Série 2	112,50% do CDI	0,1648% (a)	204	Outubro de 2015	116.179	173.189	(c)
2. Debêntures Série Única	105,60% do CDI	-	-	Dezembro de 2015	234.936	351.676	(c)
3. Cetip (Notas promissórias)	104,40% do CDI	0,0100% (a)	24	Abril de 2014	132.298	-	(c)
4. Cetip (Notas promissórias)	104,90% do CDI	0,0100% (a)	-	Abril de 2014	233.955	-	(c)
			533		891.582	784.589	
Circulante							
					632.355	266.524	
					(396)	(606)	
					631.959	265.918	
Não Circulante							
					259.760	519.180	
					(137)	(509)	
					259.623	518.671	

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas às futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

(b) Garantia flutuante.

(c) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2013</u>
2015	259.760

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures e nota promissória. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- Em 1º de outubro de 2010, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, no total de 500.000, divididas em duas séries, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos e valor nominal total de emissão de R\$ 500.000, podendo ser totalmente resgatadas a qualquer momento, a critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As séries das debêntures emitidas possuem as seguintes características:

As debêntures da 1ª série, no total de 300.000, têm valor nominal total de R\$ 300.000. Os pagamentos dos juros são semestrais, entre 15 de outubro de 2011 e de 2015. A amortização do principal será realizada em parcelas anuais, entre 15 de outubro de 2012 e de 2015.

As debêntures da 2ª série, no total de 200.000, são subordinadas e tem valor nominal total de R\$ 200.000. Os pagamentos dos juros são semestrais, entre 15 de outubro de 2011 e de 2015. A amortização do principal será realizada em parcelas anuais, entre 15 de outubro de 2012 e de 2015.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Distribuição de dividendos em valor superior ao mínimo legal caso, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) seja menor ou igual a 1,2 e/ou o resultado da divisão Dívida líquida/EBITDA, seja maior ou igual a 4;
 - Redução do capital social da emissora após a data de emissão das debêntures, para um valor inferior a R\$ 100.000, sem que haja anuência prévia de no mínimo 2/3 (dois terços) dos titulares das debêntures em circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.
2. Em 05 de dezembro de 2012, foram emitidas 35.000 debêntures simples, da 3ª emissão, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, sob o regime de garantia firme, em série única, da espécie quirografária para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com valor nominal total de emissão de R\$ 350.000.

A amortização do principal e os juros serão pagos em parcelas semestrais, entre 5 de junho de 2013 e 5 de dezembro de 2015.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Distribuição de dividendos, pela companhia, em valor superior ao mínimo legal, caso o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) seja inferior a 1,20 ou o resultado da divisão dívida líquida/EBITDA, superior a 4.
 - Redução do capital social da companhia após a data de emissão para um valor inferior a R\$ 100.000, sem que haja anuência prévia de, no mínimo, 2/3 dos titulares das debêntures em circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.
3. Em 26 de abril de 2013, foi realizada a 3ª emissão de notas comerciais, sendo 130 notas comerciais, série única, sem garantia, para distribuição pública restrita, sob o regime de garantia firme, com valor nominal total de emissão de R\$ 130.000.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os juros serão pagos semestralmente e o valor nominal será pago no vencimento, em 21 de abril de 2014. Cada nota comercial fará jus ao pagamento dos juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 104,4% do CDI.

As notas promissórias poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissão.

4. Em 25 de outubro de 2013, foi realizada a 4ª emissão de notas comerciais, sendo 230 notas comerciais, série única, sem garantia, para distribuição pública restrita, sob o regime de garantia firme, com valor nominal total de emissão de R\$ 1.000.

Os juros e o valor nominal serão pagos no vencimento, em 23 de abril de 2014. Cada nota comercial fará jus ao pagamento dos juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 104,9% do CDI.

As notas promissórias poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

14 Fornecedores

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	24.442	46.148
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	88	551
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>16.430</u>	<u>14.429</u>
	<u>40.960</u>	<u>61.128</u>

- (a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.
- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retido 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

15 Obrigações fiscais

a. Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais – a recolher

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
IRPJ e CSLL	17.340	9.903
ISS a recolher	6.332	7.818
PIS e COFINS	3.692	3.575
PIS, COFINS e CSLL retidos	1.537	1.616
INSS retido	828	1.662
IRRF	170	-
Outros	-	101
	<u>29.899</u>	<u>24.675</u>

b. Impostos e contribuições parcelados

	<u>2012</u>		<u>2013</u>		
	Saldo inicial	Juros	Realização	Transferências	Total
Parcelamento Lei nº. 11.941/09 (a)					
Circulante	3.939	218	(4.107)	4.113	4.163
Não Circulante	23.306	1.278	-	(4.113)	20.471
Total	<u>27.245</u>	<u>1.496</u>	<u>(4.107)</u>	<u>-</u>	<u>24.634</u>
	<u>2011</u>		<u>2012</u>		
	Saldo inicial	Juros	Realização	Transferências	Total
Parcelamento Lei nº. 11.941/09 (a)					
Circulante	3.811	761	(4.006)	3.373	3.939
Não Circulante	25.493	1.186	-	(3.373)	23.306
Total	<u>29.304</u>	<u>1.947</u>	<u>(4.006)</u>	<u>-</u>	<u>27.245</u>

- (a) Os impostos parcelados através da Lei nº. 11.941/09 foram homologados pela Receita Federal do Brasil em junho de 2011 para pagamento em até 120 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, atualizadas mensalmente com base na taxa Selic.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

Não circulante	2012			2013		
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Provisão de juros	Pagamento	Total
Cíveis	9.645	3.133	(2.209)	1.388	(5.889)	6.068
Trabalhistas	134	120	(230)	7	-	31
Total	9.779	3.253	(2.439)	1.395	(5.889)	6.099

Não circulante	2011			2012		
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Provisão de juros	Pagamento	Total
Cíveis	10.472	-	(827)	-	-	9.645
Trabalhistas	64	70	-	-	-	134
Total	10.536	70	(827)	-	-	9.779

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista no montante de R\$ 541 e R\$ 497 respectivamente.

A Companhia possui outras contingências passivas relativas a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2013	2012
Cíveis e administrativos	18.601	21.643
Trabalhistas e previdenciárias	496	153
Tributárias	12.011	6.199
Total	31.108	27.995

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$ 23.915 para os processos em andamento.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17 Arrendamento mercantil - financeiro

A Companhia possui ativos num montante de R\$ 5.335 obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até 3 anos, com cláusula de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia.

Ativo imobilizado – valor residual

	Taxa média anual de depreciação %	2013			2012		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Veículos	20	5.335	(2.922)	2.413	5.046	(1.869)	3.177

Durante o exercício de 2013 foram reconhecidos como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro, os montantes de R\$ 130 (R\$ 339 em 2012) relativos a despesas financeiras e R\$ 1.028 (R\$ 931 em 2012) relativos a despesas de depreciação.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	2013	
	Valor Nominal	Valor Presente
Até um ano	558	500

Os valores presentes foram calculados com base na taxa de juros dos contratos de arrendamento mercantil.

18 Provisão de manutenção

	2012		2013			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	54.667	7.193	4.230	(66.151)	44.455	44.394
Não circulante	99.562	49.880	16.164	-	(44.455)	121.151
Total	154.229	57.073	20.394	(66.151)	-	165.545
	2011		2012			
Circulante	97.303	47.230	22.647	(120.011)	7.498	54.667
Não circulante	96.873	8.266	1.921	-	(7.498)	99.562
Total	194.176	55.496	24.568	(120.011)	-	154.229

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As taxas para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2013 são de 14,75% a.a., 12,34% a.a., 12,62% a.a., 8,20% a.a. e 10,14% a.a., respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

19 Patrimônio Líquido

a. Capital social

Em 25 de abril de 2013, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 46.695, o qual é composto da seguinte forma: R\$ 11.486 mediante capitalização de reserva legal, e R\$ 35.209 mediante capitalização de reserva de retenção de lucros sem a emissão de ações, passando o capital social da Companhia de R\$ 314.223 para R\$ 360.918, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, permanecendo dividido em 128.766.186 ações nominativas, sendo 64.383.093 ordinárias e 64.383.093 preferenciais.

b. Reservas de lucros

- *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reserva estatutária*

É constituída à razão de 0,5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Estatuto da Companhia, até o limite de 10% do capital social.

- *Reserva de retenção de lucros*

Em 31 de dezembro de 2013, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº. 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na A.G.O. de 2014.

A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos do contrato de concessão.

c. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº. 6.404/76) considerando como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado.

Em 26 de abril de 2013, foi aprovado em Ata da Reunião do CAD, o pagamento, pela Companhia, de dividendos intermediários, relativos à conta de parte do saldo da reserva de retenção de lucros, os quais foram pagos em 29 de abril de 2013, no montante de R\$ 68.246, correspondente a R\$ 0,53 por ação (cinquenta e três centavos).

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 28 de outubro de 2013, conforme ata de Reunião do CAD, a Companhia distribuiu dividendos intermediários no valor de R\$ 1,431.779 por ação, à conta de: (a) parte dos lucros apurados no exercício compreendido entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2013; e (b) parte do saldo da reserva de retenção de lucros existente em 31 de dezembro de 2012.

Os dividendos foram calculados conforme se segue:

Lucro líquido do exercício	226.400
(-) Constituição de reserva legal	(11.320)
(-) Constituição de reserva estatutária	<u>(1.132)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>213.948</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% sobre o lucro líquido ajustado	53.487
Dividendos intermediários pagos	173.776

d. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

Segue abaixo, o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Numerador		
Lucro líquido disponível	226.400	229.727
Denominador		
Média ponderada de ações - básico e diluído	<u>128.766.186</u>	<u>128.766.186</u>
Lucro por ação ordinária e preferencial - básico e diluído em R\$	1,7582	1,7841

(Em milhares, exceto ações e lucro por ação)

20 Receitas

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receitas de pedágio	1.113.905	1.050.626
Receitas de contrato de construção	175.962	189.532
Receitas acessórias	<u>30.063</u>	<u>30.166</u>
Receita bruta	1.319.930	1.270.324
Impostos sobre receitas	(99.554)	(93.751)
Devoluções e abatimentos	<u>457</u>	<u>-</u>
Deduções da receita bruta	(99.097)	(93.751)
Receita líquida	<u>1.220.833</u>	<u>1.176.573</u>

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21 Resultado financeiro

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e notas promissórias	(70.237)	(61.078)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(20.394)	(24.568)
Juros sobre impostos parcelados	(1.496)	(1.947)
Capitalização de custos dos empréstimos	9.414	20.639
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	<u>(2.132)</u>	<u>(2.370)</u>
	<u>(84.845)</u>	<u>(69.324)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	5.360	3.900
Juros e outras receitas financeiras	<u>1.351</u>	<u>1.552</u>
	<u>6.711</u>	<u>5.452</u>
	<u>(78.134)</u>	<u>(63.872)</u>

22 Instrumentos financeiros

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2013</u>			<u>2012</u>		
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	42.015	-	-	36.915	-	-
Contas a receber	-	12.039	-	-	13.526	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	59.741	-	-	57.938	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(1.377)	-	-	(1.972)
Debêntures e notas promissórias (a)	-	-	(891.582)	-	-	(784.589)
Arrendamento mercantil	-	-	(501)	-	-	(1.893)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(49.463)	-	-	(70.091)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(27.442)	-	-	(31.160)
Total	<u>42.015</u>	<u>71.780</u>	<u>(970.365)</u>	<u>36.915</u>	<u>71.464</u>	<u>(889.705)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;
- **Contas a receber e contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** – Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações;
- **Financiamentos** – Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos.
- **Debêntures e notas promissórias** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos os saldos apurados seriam os seguintes:

	2013		2012	
	Valor contábil (a)	Valor justo	Valor contábil (a)	Valor justo
Debêntures e notas promissórias	892.115	897.603	785.704	793.361

(a) Valores brutos dos custos de transação

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2013	2012
Aplicações financeiras	42.015	36.915

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2014 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ ⁽²⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do CDI	Outubro de 2015	290.902	(31.935)	(39.972)	(48.029)
Debêntures	Aumento do CDI	Dezembro de 2015	234.936	(24.404)	(30.526)	(36.656)
Notas Promissórias	Aumento do CDI	Abril de 2014	366.277	(10.891)	(13.509)	(16.088)
				<u>(67.230)</u>	<u>(84.007)</u>	<u>(100.773)</u>

As taxas de juros consideradas foram:

CDI ⁽¹⁾	9,77%	12,21%	14,66%
--------------------	-------	--------	--------

Abaixo estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(1) Refere-se à taxa de 31/12/2013, divulgada pela CETIP;

(2) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro anterior, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos. Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Finame), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

23 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2013, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia foram resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade civil – R\$ 15.000;
- Riscos de engenharia – conservação e manutenção – R\$ 20.000;
- Riscos de engenharia – ampliação e melhoramentos – R\$ 23.354;
- Riscos patrimoniais / operacionais – R\$ 55.000;
- Perda de receita – R\$ 101.731; e

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Veículos: cobertura para danos materiais de R\$ 107.000 (R\$ 498 por veículos), sendo: R\$ 21.400 (R\$ 100 por veículo) para danos morais.

Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R\$ 38.462, cobrindo riscos das obrigações previstas no contrato de concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

24 Plano de Previdência Privada (contribuição definida)

Os montantes reconhecidos como despesas nos exercícios de 2013 e 2012, relativos ao plano de previdência privada (contribuição definida) estão demonstrados abaixo:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Plano de previdência privada (contribuição definida)	528	515

25 Compromissos vinculados a contratos de concessão

A concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 31 de dezembro de 2013 esses compromissos totalizavam R\$ 450.921 (R\$ 617.018 em 31 de dezembro de 2012) e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário e não incluem eventuais investimentos contingentes.

26 Demonstrações dos fluxos de caixa

Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram caixa e, portanto, foram ajustadas nas demonstrações dos fluxos de caixa do exercício de 2013 e 2012:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fornecedores	30.657	(10.900)
Fornecedores - partes relacionadas	(6.439)	1.680
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	24.218	(9.220)
Aquisição de ativo intangível	(24.218)	9.220
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(24.218)	9.220

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho da Administração

Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
José Braz Cioffi	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro
Renato Alves Vale	Conselheiro

Composição da Diretoria

Ascendino da Silva Mendes	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
José Herzen Salgado Alves	Diretor Operacional

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452-03

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

C.N.P.J. nº 00.861.626/0001-92

N.I.R.E. 35.300.143.19-1

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
DA CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. A SER
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2014**

Nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 25, §1º, inciso IV, da IN CVM 480, apresentamos a V. Sas. para análise e posterior aprovação na AGO, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2014, no valor de R\$ 236.388.303,57 (duzentos e trinta e seis milhões, trezentos e oitenta e oito reais, trezentos e três reais e cinquenta e sete centavos), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2014.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 236.388.303,57

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da
Companhia R\$ 236.388.303,57

Origens/Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2013 R\$ 40.172.291,47

Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros R\$ 196.216.012,10

Santa Isabel, 19 de fevereiro de 2014.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Renato Alves Vale
Presidente



DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes, emitido em 19 de fevereiro de 2014 e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Santa Isabel, 19 de fevereiro de 2014.

ASCENDINO DA SILVA MENDES

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

JOSÉ HERZEN SALGADO ALVES

Diretor de Operacional